

HISTÓRIAS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA CIÊNCIA ENGAJADA PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

*Grupo Temático de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de
Saúde Coletiva:*

*Anamaria Testa Tambellini¹, André Campos Búrigo²
Ary Carvalho de Miranda³, Cheila Nataly Galindo Bedor⁴
Fernando Ferreira Carneiro⁵, Gabriel Eduardo Schütz⁶
Guilherme Franco Netto⁷, Hermano Albuquerque de Castro⁸*

-
- 1 Pós-doutora pela Università Degli Studi da Perugia em 1992. Professora (aposentada) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).
 - 2 Mestre em Educação Profissional em Saúde pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2010. Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).
 - 3 Doutor em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2012. Médico e docente da Fiocruz – Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH) da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP).
 - 4 Doutora em Saúde Pública pelo Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2008. Professora da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde e Biológica da Univasf.
 - 5 Doutor em Epidemiologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2007. Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Professor colaborador do Núcleo de Estudos de Saúde Pública da Universidade de Brasília (UnB). Coordenador do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas.
 - 6 Doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz) desde 2008. Professor do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador colaborador do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural (DIHS) da ENSP/ Fiocruz.
 - 7 Doutor em Epidemiologia pela Tulane University of Louisiana em 1998. Médico do Ministério da Saúde. Pesquisador visitante do Núcleo de Estudos de Saúde Pública da Universidade de Brasília.
 - 8 Doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2000. Pesquisador da Fiocruz.

*Karen Friedrich*⁹, *Lia Giraldo da Silva Augusto*¹⁰
*Marcia Sarpa de Campos Mello*¹¹, *Luiz Roberto Santos Moraes*¹²
*Marcelo Firpo de Souza Porto*¹³, *Marla Fernanda Kuhn*¹⁴
*Nelson da Cruz Gouveia*¹⁵, *Raquel Maria Rigotto*¹⁶

O Grupo Temático de Saúde e Ambiente (GTSA) da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) tem praticamente a mesma idade do Núcleo Tramas e isso não é um mero acaso. A construção de espaços de pesquisa e ensino na academia no tema da “saúde e ambiente” tem sido desafiador e contra-hegemônico. Há muitos pontos de intersecção entre os dois grupos em termos conceituais e de práxis. Os membros de ambos os grupos comungam dos mesmos compromissos no campo da saúde coletiva e da luta social. É, pois, com muita alegria que participamos da celebração dos 20 anos do Núcleo Tramas mediante este

-
- 9 Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2008. Pesquisadora da Fiocruz. Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Vigilância Sanitária da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).
- 10 Doutora em Ciências Médicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 1995. Professora visitante da Universidad Andina Simón Bolívar Quito. Pesquisadora (aposentada) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Professora (aposentada) da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco.
- 11 Doutora em Vigilância Sanitária pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2007. Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e pesquisadora do Instituto Nacional do Câncer do Ministério da Saúde (Inca/MS).
- 12 Doutor em Saúde Ambiental pela University of London – UK em 1996. Professor em Saneamento (aposentado) e colaborador do Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento da Escola Politécnica, do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho da Faculdade de Medicina da Bahia e da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.
- 13 Pós-doutor em Medicina Social na Universidade de Frankfurt em 2003. Pesquisador do Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Fundação Oswaldo Cruz.
- 14 Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2008. Professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).
- 15 Doutor em Saúde Pública pela London School of Hygiene and Tropical Medicine – University of London em 1998. Professor do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).
- 16 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em 2004. Professora titular (aposentada) do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina e dos Programas de Pós-graduação em Saúde Coletiva e em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFC.

capítulo e deixamos registrado o nosso agradecimento ao convite para colaborarmos com este livro.

Neste capítulo vamos resgatar a trajetória do GTSA, seus desafios perante a área de conhecimento do campo da saúde coletiva e as perspectivas históricas de sua ressignificação diante do aguçamento das crises sociais, ambientais, políticas, econômicas e éticas. Tudo isso ante a globalização e a reconfiguração do capitalismo em nova onda na divisão internacional do trabalho, em que o Brasil, por um lado, retorna à reprimarização de sua economia e, por outro, se desindustrializam as regiões Sul e Sudeste, processo que tem implicado na migração de parques industriais para o Nordeste e Centro-Oeste em situações socioambientais ainda mais precárias.

“SAÚDE E AMBIENTE” NA ABRASCO: UM PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO

No Brasil, a invasão dos portugueses, em 1500, impulsionada pelo capitalismo comercial europeu nascente, inaugura o processo de dominação sobre os povos locais, no qual a relação com a natureza foi mediada pelos interesses estritamente comerciais, e tudo passou a ser transformado em mercadoria. Desse modo, as riquezas existentes e a exuberância de nossas terras e seu potencial para cultivos de produtos tropicais, antes buscados na Ásia e África, passam a ser comercializados em escala, destinados ao mercado europeu.

Em 1850, decorrente da pressão inglesa para substituição da força de trabalho escrava pelo trabalho assalariado, é definido o primeiro marco jurídico de propriedade da terra no país: a Lei nº 601, que, para impedir que os futuros escravos livres se apossassem da terra, institui a propriedade privada da terra, constituindo-se como o batistério do latifúndio, o qual regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, o qual é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil (STEDILE, 2005, p. 23).

Esse seria, digamos, o elemento seminal do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro, que hoje está marcado pela inserção do país na ordem econômica internacional, cujo componente de destaque o coloca como produtor de *commodities* agrícolas, pecuárias, minerais e do

petróleo, no qual os processos produtivos são responsáveis por enormes impactos socioambientais, acentuados a partir da chamada globalização, iniciada nos anos 1980.

Esse processo veio acompanhado, por um lado, pela valorização primária das terras, representada pela implementação da infraestrutura, de estradas, pavimentação de vias e difusão de rede elétrica, condições que favoreciam atividades econômicas, da exploração madeireira ao agronegócio. Por outro lado, operou-se a valorização secundária, acelerando processos de compra e venda, numa lógica semelhante à dos mercados financeiros, por acréscimo de juros à renda capitalizada que regula custos do capital fundiário. A partir de 1996, o Banco Mundial, sob o pretexto de que a distribuição desigual de terras e a carência de investimentos privados em áreas rurais contribuem para restringir o crescimento econômico, passa a dar maior prioridade à política agrária brasileira. A partir, então, dos anos 2000, a entrada do capital estrangeiro, envolvendo agências imobiliárias internacionais, além da grilagem, faz aquecer o mercado de terras (ACSELRAD, 2010).

A reafirmação da reprimarização da economia brasileira na ordem econômica internacional, sob a égide do neoliberalismo erigido a partir das eleições de Margareth Thatcher, na Inglaterra (1979), de Ronald Reagan, nos EUA (1980), e de Helmut Kohl, na Alemanha (1982), que acentua o poder dos mercados financeiros e deságua no Consenso de Washington¹⁷, impulsiona também um significativo processo de desindustrialização em nosso país, principalmente no setor de produção de bens de capital, fazendo com que a indústria passe a representar menos de 10% do PIB, quando nos anos 1980 respondia por um terço de nossa economia (POCHMANN, 2016).

Essa dinâmica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro traz consigo contradições importantes que impactam a luta de classes. A desindustrialização, no escopo da chamada reestruturação produtiva, atingiu duramente o mundo do trabalho, fazendo com que nossa taxa de sindicalização, que era em torno de 32%, nos anos 1980, caísse para menos da metade, nos dias atuais, contribuindo significativamente para

17 Expressão adotada para um conjunto de medidas preconizadas pelo FMI e Banco Mundial para estabilizar a economia de países capitalistas periféricos com o intuito de adaptá-los à nova ordem econômica mundial centrada na globalização (ALCOFORADO, 1997).

o enfraquecimento da luta sindical. Por outro lado, os processos produtivos característicos da reprimarização cursam com extrema violência. No decorrer do ano de 2009, foram registradas, pela Comissão Pastoral da Terra (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2016), 528 ocorrências de conflitos de terra em todo país. Em 2016, esse número chegou a 1.295, com 61 assassinatos, 172 conflitos por acesso e uso da água, atingindo 44.471 famílias. Ainda, 2.639 famílias foram expulsas de suas terras, o que representa um número 232% maior que em 2015, além de prisões, destruição de casas, torturas e mutilações. Hoje, segundo o MST, existem 120.000 famílias acampadas à espera de assentamento.

Todos esses episódios têm um componente comum: a exploração da força de trabalho, a apropriação dos bens naturais pelo grande capital e a resistência das populações atingidas, que incluem, além dos trabalhadores urbanos, indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, ribeirinhos, faxinais e de fundo de pasto, assim como diversas outras expressões de trabalhadores do campo e das florestas. São formas identitárias de uso comum das riquezas naturais por famílias agroextrativistas.

Tais identidades coletivas fazem surgir um conjunto de movimentos sociais, principalmente a partir dos anos 1980, em defesa da manutenção e reprodução de seus modos de vida, como: MST, Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Coordenadoria Indígena Brasileira, Coordenação Nacional Quilombola, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Atingidos pela Base de Lançamento, Conselho Nacional dos Seringueiros, Movimento dos Ribeirinhos do Amazonas, Movimento Nacional dos Pescadores, Central de Fundo de Pastos, além de várias outras organizações. São movimentos que, em algumas de suas faces, também se internacionalizam. A Via Campesina é uma expressão dessa internacionalização. Composta por 164 entidades de 73 países, na África, Ásia, Europa e nas Américas, representa em torno de 200 milhões de camponeses (MIRANDA, 2012).

A grande disputa sobre os bens naturais incide sobre as políticas públicas, em um movimento crescente de desregulação do Estado, de privatização, de corrupção empresário-governamental, de criminalização de lutas populares e movimentos sociais e de organizações mediante processos de judicialização.

Nesse cenário, os problemas ambientais também repercutem sobre a saúde dos povos da cidade, do campo, da floresta e das águas¹⁸. Os perfis de morbimortalidade, com diversas especificidades presentes, são uma clara demonstração de que no Brasil não houve uma transição epidemiológica, como se observa nos países do norte do planeta. Pelo contrário, o Brasil tem um perfil sobreposto de agravos à saúde relacionados com as enormes desigualdades sociais decorrentes da pobreza, da violência, da contaminação ambiental, dos modos produtivos, da falta de saneamento básico, da precarização das políticas públicas, de consumo insustentável, da insegurança alimentar, entre outros.

A saúde coletiva tem sido uma trincheira pelas lutas democráticas desde a década de 1970. Em 1979, foi criada a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, que com o surgimento de cursos de graduação em Saúde Coletiva mais recentemente passa a ser chamada de Associação Brasileira de saúde coletiva (Abrasco), constituindo-se até os dias atuais como um dos mais importantes espaços de construção de resistência, de enfrentamento e de proposições firmadas pela democracia e pelo enfrentamento das iniquidades sociais em saúde. A entidade agrega o pensamento crítico de intelectuais e de profissionais da saúde que vivenciam o cotidiano desses desafios em seu fazer.

Em seus primeiros 20 anos, a Abrasco aplicou sua energia na construção do Sistema Único de Saúde (SUS), sob a égide do princípio orientador de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Tese vitoriosa na Constituição Federal de 1988 mediante emenda popular. Teve como pressuposto o entendimento de que saúde é a resultante de uma complexa determinação social, que depende de educação, trabalho, renda, habitação, saneamento básico, meio ambiente, liberdade, democracia, respeito aos direitos humanos, entre outros. Esse conceito ampliado de saúde orientou os princípios e as diretrizes do SUS, que definiu um novo arcabouço jurídico-institucional abrangente a todo território nacional com seus 5.570 municípios.

A Abrasco foi inicialmente constituída por acadêmicos da chamada saúde pública ou medicina preventiva/comunitária/social unificadas sob a

18 A origem do conceito relacionado às populações do campo, da floresta e das águas não é acadêmica, mas sim dos movimentos sociais que não se reconhecem somente na categoria rural ou campo, a exemplo das populações extrativistas e de pescadores.

insígnia “Saúde Coletiva”, denominação que faz parte do movimento inaugural pela reforma sanitária, no interior do qual se discutia concomitantemente os paradigmas da determinação social do processo saúde-doença e a necessidade de se enfrentar o biopoder instaurado por corporações profissionais e mercadológicas, como a indústria farmacêutica e hospitalar.

Foi um período rico de construção crítica no qual a Abrasco se organizou basicamente em três áreas do conhecimento (Epidemiologia, Planejamento, Ciências Sociais) para auxiliar a organização interna das estruturas acadêmicas na área de conhecimento agora reconhecida como saúde coletiva pelos Órgãos Superiores de Educação e Pesquisa. Epidemiologia, Planejamento e Ciências Sociais se constituíram em diversas subáreas que dão suporte às áreas de concentração da pós-graduação e das disciplinas na formação em saúde coletiva.

Mesmo antes da Constituição Federal de 1988, em alguns territórios pôde-se experimentar uma nova práxis nos serviços de saúde pública que foi exitosa e serviu de sentinela para as mudanças que a VIII Conferência Nacional de Saúde apontou. Citamos como exemplo as experiências em saúde mental, saúde do trabalhador, saúde da mulher, saúde indígena, educação popular em saúde, entre outras, como o enfrentamento da poluição industrial, a luta pelo saneamento básico, contra a violência, pela segurança alimentar. Um verdadeiro desejo coletivo de mudanças criou o terreno fértil para fazer avançar as reformas no processo constituinte de 1988 e nos anos que se seguiram.

O estado de São Paulo marca um papel especial nessa história, quando em meados da década de 1970 amplia massivamente a formação dos chamados sanitaristas, inicialmente médicos, com uma perspectiva crítica que foi fundamental para deflagrar esses processos nacionalmente na década de 1980. Como exemplos, tivemos o movimento denominado Renovação Médica e a criação do Departamento Intersindical de Estudos em Saúde do Trabalhador (Diesat). O primeiro enfrentou o debate no interior dos sindicatos, das associações médicas e dos conselhos de medicina, para reduzir a resistência corporativa dos médicos à reforma sanitária, a qual vinha com a proposição da saúde como direito do cidadão e dever do Estado; e o segundo introduziu o tema do enfrentamento das más condições de trabalho e o da proteção da saúde do trabalhador na luta social.

Avançando a história, vamos falar dos campos do ambiente e do desenvolvimento, que também vinham sendo alvo de um vigoroso movimento nacional e internacional e que também conseguiram, no Brasil, conquistar avanços importantes na Constituição Federal de 1988. Diga-se de passagem que, embora antropocêntrica, a legislação ambiental no Brasil, especialmente no que tange ao monitoramento e ao controle, tinha como seu propósito principal a proteção da saúde humana.

Vinte anos depois da realização em Estocolmo da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1972), é realizada no Rio de Janeiro (1992) a segunda conferência conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Nesse evento, os países signatários aprovaram a Agenda 21, composta de 40 capítulos orientadores aos governos para o chamado desenvolvimento sustentável.

O Brasil, nesse período, já tinha um movimento sanitarista e ambientalista que atuou pró-ativamente nesse evento e nos paralelos a ele, a exemplo da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fiocruz, que produziu um livro em dois volumes, que refletiu as teses da conferência à luz do entendimento da saúde coletiva.

Na busca de orientar as políticas públicas em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e as metas estabelecidas pela Agenda 21, em 1995, o Ministério da Saúde do Brasil realiza oficinas, em diversos estados da federação, para elaborar o Plano Nacional de Saúde e Ambiente (BRASIL, 1995) a ser apresentado na Conferência Pan-Americana sobre Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Humano (PORTO, 1998), que teve como objetivo realizar um plano regional para implementar o tema da “saúde ambiental” nas políticas de saúde.

Ainda no campo das políticas públicas no país, no ano 2000, no âmbito do Centro Nacional de Epidemiologia (Cenepi) da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), inicia-se um processo de capacitação nacional no tema da “vigilância em saúde ambiental”. Um grupo de pesquisadores-docentes reconhecidos de diversas instituições de ensino superior e de pesquisa contribuiu com esse processo na elaboração de material didático dos Cursos Básicos de Vigilância Ambiental em Saúde (CBVAS) e como professores no seu fomento nos dois primeiros anos, estratégia também para formação de um pensamento crítico e para contribuir na estruturação da área de “vigilância em saúde ambiental” no âmbito do SUS.

Esse processo foi indutor de ações de “vigilância ambiental em saúde” nos estados e municípios, pois colocava a saúde pública para atuar em temas ambientais para além da tradição do saneamento básico, trazendo o tema do ambiente em uma nova perspectiva em relação à água, ao ar, ao solo, aos produtos perigosos e aos desastres ambientais e suas repercussões na saúde.

Nesse mesmo ano, foi realizado o VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (CBSC), na cidade de Salvador, Bahia, com o tema “O sujeito na saúde coletiva”. Um tema bastante sensibilizador para o acolhimento do “outro”, a diversidade de saberes, a intersetorialidade e a interdisciplinaridade, sobre a alteridade e a subjetividade. Nesse congresso, também foi eleita a nova diretoria da Abrasco, para o triênio 2000-2003, que resolveu inovar seu plano de gestão ampliando o seu colégio gestor e estimulando a criação de novos grupos temáticos. A nova Diretoria da Abrasco recebeu uma demanda oriunda do VI CBSC para criação de um GT específico para o tema do saneamento. Após reflexão colegiada, deliberou-se por um GT mais amplo denominado de “saúde e ambiente”, e é óbvio que essa denominação foi resultado de um debate epistêmico estabelecido na Diretoria com o apoio de intelectuais da área que atuavam nessa interface. O GT assim constituído foi formalizado no ano de 2001.

Um primeiro grupo foi formado, cujo critério de participação foi o de que o pesquisador deveria ter uma produção crítica na área da “saúde e ambiente” na saúde coletiva. Além desse aspecto, também se levou em consideração a diversidade de enfoques disciplinares e a representação regional. Buscando a autonomia dos membros, desde o início o convite foi dirigido a pessoas associadas à Abrasco e não às instituições. O Grupo Temático Saúde e Ambiente (GTSA) se constituiu com 22 membros. Interessante lembrar que praticamente a metade desses membros vinha da experiência de atuação no tema da saúde do trabalhador na interface saúde-trabalho-produção-ambiente.

O GTSA planejou suas atividades inicialmente em dois eixos no âmbito da Abrasco: o da produção de conhecimento e de subsídios que auxiliassem políticas públicas para o SUS e o de formação em saúde e ambiente, enfatizando a pós-graduação *stricto* e *lato sensu*.

A preocupação inicial do GTSA foi de examinar as articulações entre saúde, ambiente e produção-trabalho no campo da saúde coletiva em uma perspectiva socioecológica, sendo o diferencial inovador na saúde coletiva. Trouxe a reflexão da ecologia política para se pensar o tema da determinação social da saúde, mostrando claramente como a saúde pública, mesmo depois da reforma sanitária, ainda via o tema do ambiente como uma externalidade.

O GTSA, ao propor um modelo de análise da causalidade em saúde que internaliza o ambiente, passou a reforçar os campos da promoção, prevenção e proteção da saúde, uma vez que os aspectos de contexto, de exposição e de vulnerabilidades evidenciam a necessidade de ações integradas e a superação das iniquidades sociais. Mais do que isso, trouxe uma reflexão civilizatória sobre temas relacionados aos territórios de vida e de produção de saúde no contexto da globalização e do atual estado do desenvolvimento capitalista no qual o país é impactado.

Foi necessário então trabalhar teorias, conceitos e métodos e dialogar com outros campos de conhecimento da saúde coletiva. Por essa razão, houve um esforço dedicado aos diálogos interdisciplinares com a Epidemiologia, a Geografia, a Toxicologia, a Economia, a Sociologia, a Antropologia e a Ética. Com esses diálogos, foi possível examinar criticamente os diversos conceitos correntes e um novo e necessário entendimento do papel do ambiente na determinação do processo saúde-doença. Foram revisitados assim temas e conceitos, como os de risco, de causa, de determinação, de vulnerabilidade, princípio da precaução (e sua aplicação), território (como unidade de análise), injustiça ambiental, indicadores (produção e aplicação) entre outros (CÂMARA; TAMBELLINI, 2003; LIEBER, 2008).

Debates pré-congressuais e corredores temáticos nos congressos da Abrasco foram utilizados para esses “diálogos interdisciplinares”. Por meio deles, promoveram encontros entre diversos outros grupos temáticos que também tinham preocupações comuns. Participaram desses grupos temáticos da Abrasco: Saúde do Trabalhador, Educação Popular em Saúde, Promoção da Saúde e Vigilância Sanitária. Estratégia inicialmente exitosa para o balizamento do debate e para a construção de agendas comuns, sempre celebrados com muita alegria. Acabaram sendo um embrião e amálgama de processos posteriores de produção de

conhecimento e de ação como veremos (AUGUSTO; CANCIO; CAMARA, 2003; AUGUSTO *et al.*, 2014). Com essa efetiva contribuição foi possível aprofundar a dimensão socioecológica na saúde coletiva, como vimos acontecer nos escritos de autores consagrados como Breilh (2008) e em organizações internacionais como a Organização Panamericana de Saúde (2010a).

“Caminhante não há caminho, se faz caminho ao andar”¹⁹

A seguir vamos atualizar na linha do tempo como o GTSA construiu uma identidade singular no âmbito da Abrasco, que o distingue por sua crítica ante a ciência, a política e a educação. Esses foram constructos do desejo de seus membros mediados pelo contexto social e político do país. Assim uma mutação permanente e dialética de *Aufbung* (expressão da dialética de Hegel), que significa ao mesmo tempo “supressão, superação e conservação”, recorre a novos enfoques, novas agendas e naturalmente novos embates epistêmicos, ideológicos e de valorização de um saber que já não podia se sustentar apenas na academia e nos serviços de saúde. Para demarcar os pontos de mutação, apontaremos a seguir os momentos mais emblemáticos da atuação do GT, separados em dois períodos: o primeiro de 2001 a 2009 e o segundo de 2010-2017.

Saúde, ambiente e produção-trabalho: perspectiva socioecológica para o campo da Saúde Coletiva (2001 a 2009)

Nos primeiros nove anos de existência o GTSA, ao reconhecer a complexidade dos processos de causalidade, ensaiou modelagens eco-sócio-sanitárias para a pesquisa de problemas de saúde pública que se apresentam articulados à saúde, ao ambiente e ao processo produtivo/trabalho (TAMBELLINI; CÂMARA, 1998), temas que também foram tratados na literatura internacional por autores que pensam a complexidade na temática da ecologia (FUNTOWICZ; RAVETZ, 1993; RAVI *et al.*, 2013). Uma série de publicações foi realizada para expor

19 “Caminante no hay camino, se hace camino al andar” – Poesia Cantares, de Antônio Machado, e tradução de Maria Teresa Almeida Pina.

e demonstrar a potência investigativa dessas triangulações metodológicas (AUGUSTO *et al.*, 2005; CARNEIRO *et al.*, 2006; RIGOTTO; AUGUSTO, 2007). Por essa razão, desde esse período já estava claro que não estávamos atuando sobre uma questão adjetiva, mas sobre uma questão epistêmica, isto é, a articulação da saúde e do ambiente mediada por processos de produção e de consumo.

Em 2007, o governo anunciou seu Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que contradizia todos os compromissos com o desenvolvimento sustentável (ABRASCO; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007), levando o GTSA a um processo de debate crítico desse modelo de desenvolvimento que resultou em uma avaliação do quanto o GTSA discordava do mesmo e o quanto desperdiçava suas energias em parcerias governamentais não favoráveis aos princípios com os quais se alinhava, especialmente após a realização da I Conferência Nacional de Saúde Ambiental (CNSA) em 2009 (MIRANDA *et al.*, 2009), quando os Ministérios da Saúde, das Cidades e do Meio Ambiente criaram dificuldades para sua realização.

Conferência essa que o GTSA esteve representado na elaboração de teses e na comissão organizadora. Essas contradições e desacordos com o Estado levaram a um afastamento da agenda governamental para manter sua autonomia intelectual e política.

Com o tema “A saúde ambiental na cidade, no campo e na floresta: construindo cidadania, qualidade de vida e territórios sustentáveis”, houve a realização da I CNSA, a qual estava inserida em um contexto de esforços intersetorial e transversal da agenda política para uma Política Nacional de Saúde Ambiental (PNSA) que ao mesmo tempo era contraditório em relação à agenda do governo brasileiro. A conferência reuniu trabalhadores e militantes da saúde, do meio ambiente e do direito à cidade, para refletir e debater sobre as conexões entre saúde e ambiente em pleno avanço da execução do PAC. Nesse evento, foram aprovadas diretrizes a serem sugeridas na construção do PNSA, que ficaram como letra morta, como testemunha a inclusão abaixo citada:

Mudança no modelo de desenvolvimento econômico de modo a promover a qualidade de vida e a preservação do ambiente, e a saúde desta e das futuras gerações com a proteção da agrobio-

diversidade e da biodiversidade urbana e rural, visando à sustentabilidade socioambiental responsável (BRASIL, 2010, p. 52).

A produção de números temáticos para revistas brasileiras no campo da saúde coletiva, como *Cadernos de Saúde Pública*, *Ciência e Saúde Coletiva* e *Revista Brasileira de Epidemiologia*, também marcou as atividades do GTSA.

Nesse período, assim como nos períodos subsequentes, o GTSA, mediante realização de oficinas em Curitiba, Belém, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília, procurou debater a conceituação da área e os caminhos metodológicos no campo da saúde coletiva, as abordagens de saúde e ambiente nas políticas públicas, nos programas e nos serviços de saúde, o ensino e a pesquisa em saúde e ambiente e o financiamento para viabilização das agendas, sempre vislumbrando a autonomia diante de interesses corporativos de gestões e de governos.

Uma abordagem conceitual que teve forte influência na leitura da(s) realidade(s) e de tomadas de decisões do GTSA, até mesmo de tensões internas, que no contexto brasileiro tem componente intrínseco da práxis política, foi a da injustiça ambiental, especialmente trabalhada pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental, na qual diversos membros do GTSA militam. Isso permitiu acesso a um conjunto de análises sobre as características que se repetiam em vários conflitos ambientais que se multiplicavam pelo país.

Podemos considerar esse período do GTSA como aquele de construção de uma identidade no campo da saúde coletiva, no qual não se diferencia a produção do conhecimento da ação política. A especificidade do GTSA é a articulação produção-ambiente-saúde na perspectiva crítica ao capitalismo e à ordem econômica global, às metodológicas a partir da internalização do ambiente na análise da causalidade em saúde e a participação social, bem como às axiológicas, pela opção ética inicialmente dedicada ao processo de inclusão no campo da saúde dos territórios e populações vulneradas e pela injustiça ambiental.

Também como marca desse período estão as contribuições do GT e de seus membros para o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde no sentido de apoiar com bases teóricas e metodológicas a construção da proposta de estruturação da vigilância em saúde ambiental no SUS.

Para além do Estado: construção de articulações com os movimentos sociais (2010-2017)

Em dezembro de 2010, na cidade de Belém, no estado do Pará, foi realizado o I Simpósio Brasileiro de Saúde Ambiental (I Sibsas), com o tema “Ciência e saúde ambiental – teorias, metodologias e práxis” (ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE, 2010b). Esse I Sibsas contou com predominante participação de trabalhadores e gestores de áreas de vigilância em saúde, em especial de “vigilância ambiental em saúde” de secretarias municipais e estaduais de saúde, além de trabalhadores do próprio Ministério da Saúde, Funasa, pesquisadores e estudantes de saúde coletiva.

Nesse evento, consolidaram-se a reflexão crítica do conhecimento científico e suas implicações éticas e políticas nas questões de saúde e ambiente que vinham sendo amadurecidas há nove anos no GTSA. Houve novo embate com o governo, em oposição à tentativa de flexibilizar os parâmetros de qualidade da água (BRASIL, 2011). Com esses posicionamentos afirmativos de independência e de coerência ética com os princípios do SUS e da democracia, o GTSA assumiu como prioritário o caminho de fortalecer as iniciativas na sociedade civil organizada, sobretudo nos movimentos populares. Essa opção tem base sobretudo na consciência de que o GTSA teria e tem contribuições a aportar nas análises e lutas, mas sobretudo tem a apreender, enquanto processos de construção horizontalizados que colocam questões que também desafiam a produção do conhecimento e a saúde coletiva a se reinventarem.

Uma estratégia adotada pelo GTSA foi utilizar os espaços congressuais da Abrasco para construir sua base conceitual e de articulação interdisciplinar. A Abrasco organiza seus congressos temáticos anualmente e a cada três anos há, por essas ocasiões, uma oportunidade para se debater temas candentes. São eventos que reúnem milhares de pessoas todos os anos, e em algumas edições do Abrascão chegam a mais de 10 mil participantes entre docentes, pesquisadores, estudantes e profissionais da área da saúde pública. E, desde 2006, organizam-se as Tendinhas de Educação Popular em Saúde, muitas vezes homenageando Paulo Freire. É um espaço que procura garantir protagonismo dos movimentos sociais e organizações populares como algo

essencial para a saúde coletiva, estratégia importante na construção de uma nova forma de se produzir conhecimento científico, valorizando diferentes tipos de saberes.

Há mais de uma década cresce a presença dos movimentos reivindicatórios nos congressos da entidade, pressionando por maior participação nos congressos da Abrasco. Portanto, a saúde coletiva precisa reafirmar sua constituição histórica, no campo científico e ao mesmo tempo de ator político comprometido com a transformação social.

Estas não são questões menores, pois dizem respeito à vida democrática da entidade e foram também pensadas pelo GTSA. Como mudar o formato dos congressos para atender a essas legítimas demandas? Veremos adiante que uma solução criativa foi desenvolvida na ocasião da realização do II Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente (II Sibsa).

O GTSA, pelas razões já expostas, em relação aos limites de ações realizadas na agenda governamental, e em especial diante dos impactos do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, a partir da década de 2000, pela militância de vários de seus membros com os sindicatos de trabalhadores e organizações populares e também por razões epistêmicas, metodológicas e éticas, passou a ter uma posição mais radicalizada no sentido de pautar sua ação priorizando uma agenda com os movimentos sociais. Assim, foi sua iniciativa propor à Abrasco participar da Comissão da Verdade no sentido de apurar o envolvimento e as consequências sobre a saúde decorrente da violência promovida pelo Estado no período da ditadura militar-empresarial entre 1964 e 1985 (TAMBELLINI *et al.*, 2015). Uma iniciativa acatada e que ficou com a coordenação de um dos membros do GTSA.

Outra ação de destaque tem sido a de assessoria à própria Abrasco na elaboração de notas técnicas e de representação em fóruns, conselhos, comissões e grupos de trabalho diversos nos quais o tema saúde e ambiente está em discussão, sempre mantendo sua independência para se colocar livremente na defesa da saúde e da vida das populações e de proposição de uma perspectiva cidadã para a ciência.

Entre os anos 2009 e 2012, o GTSA foi convidado a participar de duas iniciativas organizadas por movimentos populares que apontam para inovações importantes na articulação entre grupos de pesquisa e movimentos sociais por justiça ambiental e dignidade: Encontro Na-

cional de Diálogos e Convergências e Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida. Ambos tiveram grande influência para as ações futuras do GT, que produziu o “Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”, organizou o II Sibs, lançou a ideia força do “Sibs em movimento” e participou das Caravanas Territoriais em Bacias Hidrográficas realizadas nos últimos dois anos. O detalhamento dessas experiências aqui interessa no sentido de apresentar exemplos que podem trazer ensinamentos valiosos tanto no campo teórico como metodológico para servir de inspiração para a realização de práticas de construção de conhecimento compartilhado e crítico, visando à transformação da realidade em parceria com os movimentos populares.

Dessas atividades, destacamos pressupostos e metodologias empregadas e o papel de reflexão e ação sobre as iniciativas de desmonte das instituições do Estado brasileiro que regulam agrotóxicos e transgênicos, de cooptação de agentes e instituições públicas e de sucateamento de programas e políticas públicas, da violência crescente induzida por ações ou conivência do Estado brasileiro. Essas ações são inovações preciosas para a saúde coletiva no enfrentamento das iniquidades sociais e na construção de resistências e de ações transformadoras. Todas essas ações estão documentadas e podem ser acessadas (SANTOS, 2007; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2013; CARNEIRO *et al.*, 2012, 2015; RCSC, 2016). Algumas delas serão melhor ilustradas a seguir.

Entre os anos 2009 e 2011, o GTSA participou do processo de construção do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo, realizado em 2011 em Salvador/BA (PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014; MONTEIRO; LONDRES, 2017). A iniciativa partiu da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que vinha fazendo um debate sobre as necessidades de ampliação de alianças para leituras da realidade compartilhadas com outras redes e atuação conjunta²⁰.

20 Participaram desse processo, além da ANA e Abrasco, a Associação Brasileira de Agroecologia, a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Rede Alerta contra o Deserto Verde, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, a Marcha Mundial de Mulheres, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e o Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional.

Foram algumas reuniões de debates e reflexões entre representantes de várias organizações para a formulação metodológica que de fato permitisse os diálogos em que as redes pudessem expressar suas contribuições para a identificação das convergências. Dessas reuniões se avançou para a realização de etapas preparatórias que resultariam no encontro nacional. Essas etapas consistiam em conhecer experiências territoriais concretas, nas quais a agroecologia está em construção e ocorriam em biomas distintos. Nas preparações, todos os temas do encontro deveriam ser contemplados.

Reconhecemos o acerto metodológico-pedagógico da “Pedagogia do Território”, assim como a importância de se trabalhar de forma articulada e associada à denúncia crítica, denunciando os impactos, as injustiças e a falta de democracia real do modelo de desenvolvimento hegemônico, mas ao mesmo tempo destacando a necessidade de se construir alternativas. Assim, nesse processo se produziu o InterMapas, uma ferramenta dos movimentos sociais, redes e organizações para apoiar lutas nos territórios em torno dos movimentos e agendas envolvidos no encontro, que integra quatro sistemas de informação georreferenciados²¹ e conta com participação ativa de movimentos sociais.

Esses aprendizados, bem como outros, vão depois ser replicados em outra escala e complexidade para a preparação do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), com a realização de 13 Caravanas Agroecológicas que precederam o ENA que aconteceu em Juazeiro/BA, em 2014. E os caminhos escolhidos na construção do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências (Foto 1), de estar aberto à construção coletiva e horizontal, de buscar consenso a partir das diferentes formas de organização, bandeiras e linguagens das redes e fóruns, buscar coerência entre teoria e prática, possibilitaram outros *insights*, com implicações políticas, práticas e epistemológicas, cujos resultados estão expressos na Carta de Salvador, que finaliza com a seguinte mensagem: “Estamos apenas no início de um processo que se desdobrará em *ambientes de diálogos e convergências* que se organizarão a partir dos territórios, o lugar onde nossas lutas se integram na prática” (CARTA POLÍTICA DO

21 Agroecologia em Rede, Farejador da Economia Solidária, Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil e mapa dos projetos financiados pelo BNDES.

ENCONTRO NACIONAL DE DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS, 2011, p. 34).



Foto 1 – Momento do encontro entre os grupos e redes

Fonte: Acervo “Diálogos e Convergências”.

Importante também ressaltar que o GT, ao ser convidado para esse processo, viu que a complexidade temática exigia a participação de outros GTs da Abrasco. Foi realizada uma busca ativa de coordenadores dos GTs Saúde do Trabalhador, Promoção da Saúde, Alimentação e Nutrição, Vigilância Sanitária e Educação Popular em Saúde (EPS) que acabaram contribuindo no processo e participando do encontro de Salvador, com exceção do GT de EPS. Parafraseando o grupo da agroecologia, havíamos criado informalmente o grupo de “diálogos e convergências da Abrasco”, estimulando uma integração que na nossa avaliação deveria ser o cotidiano do trabalho da secretaria executiva da Abrasco em relação aos GTs. Os resultados dessa articulação foram pouco a pouco conquistando novos membros do GT de Saúde e Ambiente para participar dessa chamada do movimento agroecológico, contribuindo para consolidar o ponto de inflexão e ruptura das relações mais estreitas com a gestão federal do SUS para uma aliança com novas articulações de movimentos sociais do campo, da floresta e das águas.

Em setembro de 2010, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organiza um seminário na Escola Nacional Florestan Fernandes onde reúne um conjunto de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e representantes de movimentos populares para refletir sobre a grave situação que o Brasil atingira em 2009: o país tinha se tornado o maior mercado de agrotóxicos agrícolas do mundo. Desse seminário, resulta a criação da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, lançada em 2011, da qual o GTSA é parceiro de primeira hora.

Estimulado pela participação na Campanha contra os Agrotóxicos, o GTSA realiza uma oficina no Congresso de Epidemiologia da Abrasco, em 2011, que apontou a magnitude dos problemas causados pelo uso de agrotóxicos no Brasil e a relevância desse tema para a saúde pública, mediante a falta de políticas públicas ágeis, adequadas e eficazes e as dificuldades do Estado em garantir o direito à saúde nesse campo. Dessa oficina surge a ideia da construção de um dossiê sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde (CARNEIRO *et al.*, 2015).

O processo decorrente do Encontro de Diálogos e Convergências criou as condições para envolver vários GTs da Abrasco na construção do dossiê. Foi um esforço coletivo que objetivou “registrar e difundir a preocupação de pesquisadores, professores e profissionais com a escalada ascendente de uso de agrotóxicos no país e a contaminação do ambiente e das pessoas dela resultante, com severos impactos sobre a saúde pública”, e de expressar o compromisso da Abrasco com a saúde da população (CARNEIRO *et al.*, 2015, p. 37).

O dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde” (CARNEIRO *et al.*, 2015) foi lançado primeiramente em três partes temáticas, organizadas a partir de eventos de repercussão nacional e internacional que ocorreram em 2012. A primeira parte do dossiê, intitulada “Agrotóxicos, segurança alimentar e nutricional e saúde”, foi lançada no World Nutrition, em abril de 2012. Nessa parte são discutidos os riscos da ingestão de alimentos com agrotóxicos, a utilização massiva de agrotóxicos para a produção de alimentos no Brasil e os desafios para a ciência, a partir de uma revisão da literatura e dos dados oficiais disponíveis. Ainda, apresentam-se os conceitos de Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional

como centrais para um debate que envolva os nexos entre alimento e saúde e, por fim, defende-se a agroecologia como alternativa ao uso desses venenos.

A segunda parte, “Agrotóxicos, saúde e sustentabilidade”, lançada na Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, em junho 2012, trata das consequências do agronegócio para os povos do campo e das florestas, da insustentabilidade socioambiental do agronegócio brasileiro e relata alguns exemplos dos impactos do agrotóxico na saúde ambiental em diversas partes do Brasil, abordando inclusive a omissão do Sistema Único de Saúde em relação às políticas de enfrentamento dos impactos dos agrotóxicos na saúde. Nessa parte, avançamos no diálogo dentro da Campanha contra os Agrotóxicos, para que as formas de resistência ao modelo agrícola químico dependente ganhassem visibilidade.

Já o lançamento da terceira parte, “Agrotóxicos, conhecimento e cidadania”, ocorreu no X Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (Abrascão), em novembro de 2012. Essa parte traz uma reflexão crítica sobre a importância da ciência moderna como balizamento da formulação de políticas públicas e como sustentação do agronegócio. Nela, reflete-se sobre as práticas de produção de conhecimento na saúde coletiva como campo da ciência moderna, problematiza-se a suposta neutralidade científica e apresenta-se um conjunto de práticas que buscam contribuir para a construção de um novo paradigma de ciência. Nessa parte do dossiê, avançou-se para uma inovação metodológica na prática do diálogo de saberes e para o fortalecimento da Campanha contra os Agrotóxicos em distintos territórios. A proposta metodológica denominada “Vozes dos Territórios” consistiu em estimular, através dos núcleos da Campanha contra os Agrotóxicos em todo o Brasil, que comunidades e grupos atingidos por agrotóxicos pudessem contar suas histórias e que essas histórias recebessem uma contextualização técnico-científica de pesquisadores de instituições próximas a elas. Foram 20 as “vozes” recebidas, todas elas publicadas na íntegra no dossiê, seguidas de uma síntese costurando o que elas nos revelam, reforçam e desafiam (CARNEIRO *et al.*, 2015).

As três primeiras partes serviram para derrubar os mitos empiristas que impõe o modelo químico-dependente na agricultura. Também encerrou com um conjunto de proposições para enfrentar a grave situa-

ção da nocividade dos agrotóxicos. Entre 2013 e 2014, foram muitos os acontecimentos relacionados aos agrotóxicos no Brasil, dos quais citamos alguns: a intoxicação coletiva de crianças em uma escola rural em Goiás, a deposição de um gerente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que denunciou esquema de corrupção na agência para burlar a regulação, e as muitas estratégias distintas de pressão do agronegócio para ampliar ainda mais o consumo de agrotóxicos no Brasil. Nesse período também crescem as reações da sociedade, e vários fóruns foram criados pelos Ministérios Públicos do Trabalho, Federal e Estaduais com o propósito de combater os efeitos dos agrotóxicos. Algumas vitórias históricas na Justiça envolvendo intoxicações por agrotóxicos foram indicadores de resultado da luta travada. Nesse período, no Brasil, conquista-se a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo).

Em função dessa complexidade de acontecimentos, decide-se por publicar o dossiê no formato de livro, reunindo as três partes. Foi realizada a revisão de centenas de mensagens à Campanha contra os Agrotóxicos, por onde muitos pesquisadores e militantes trocavam informações à época. Além disso, em função da conquista da Pnapo, e a necessidade de se apresentar com maior profundidade o tema da agroecologia, foi convidada a ANA para participar da elaboração da quarta parte do dossiê, intitulada “A crise do paradigma do agronegócio e as lutas pela agroecologia”. A construção compartilhada com a ANA resultou em um texto primoroso que permitiu compreender a partir de diferentes aspectos a construção da agroecologia no Brasil e no mundo (CARNEIRO *et al.*, 2015).

A publicação do dossiê repercutiu em mais envolvimento da Abrasco na luta contra os agrotóxicos no Brasil. Convites para palestras, para pareceres técnicos, para aulas e cursos não pararam de chegar e o acúmulo sobre o tema foi avançando. Uma estratégia de sucesso foi criar um grupo de *e-mails* dos mais de 45 autores e distribuir as demandas de lançamentos para esse coletivo, o que permitiu dar oportunidades para todos participarem dos desdobramentos do livro e otimizar nossa presença em todo o território nacional. Buscamos otimizar a presença dos autores nas regiões convidadas a partir de seus próprios lugares de atuação. Outro grande desafio encontrado no processo foi agregar um grupo tão heterogêneo de autores, desde epidemiologistas e

toxicologistas até militantes do movimento popular, num processo de redação coletiva, debate e reflexões, sem perder uma unidade na diversidade, o enfoque crítico e comprometido, buscando gerar alterações concretas na realidade enfrentada. Isso tudo ajudou para a geração de novos desdobramentos. Em 2013, por exemplo, membros de alguns GTs da Abrasco, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Instituto Nacional de Câncer (Inca) participaram da investigação do desastre químico provocado por pulverização aérea de agrotóxicos sobre escola rural na cidade de Rio Verde, em Goiás. A participação da Abrasco e de outras instituições contribuiu para tirar o caso da invisibilidade, embora o acompanhamento dos atingidos tenha sido precário.

Estreitamos um trabalho com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), que é a organização acadêmica do campo agroecológico, de participação mútua em congressos de ambas as associações. Representantes da ABA-Agroecologia têm participado de mesas organizadas em eventos da Abrasco e pesquisadores e militantes da saúde coletiva têm participado de congressos brasileiros de agroecologia. Processo esse fecundo, que permite formular novas questões sobre as conexões entre saúde e agroecologia, assim como refletir sobre a organização dos eventos das associações.

O processo de elaboração e divulgação do *Dossiê Abrasco* trouxe aprendizados importantes. Diversas instituições, com pesquisadores que haviam acompanhado ou participado do processo desde o ano 2012, como o Inca e a Fiocruz, fortaleceram suas ações em torno do tema dos agrotóxicos. Com isso, não somente contribuíram para a viabilidade da elaboração e capilaridade do *Dossiê Abrasco*, como também mobilizaram outros atores e setores para discutir o tema.

O livro *Dossiê Abrasco: um alerta sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde* foi lançado em 2015. Há pelo menos três aspectos que merecem ser destacados desse trabalho. O primeiro deles é pelo conteúdo reunido, que comprova cabalmente que: a) há conhecimento científico suficiente que justifica ações imediatas do Estado para reduzir os agrotóxicos e proteger a saúde da população e do ambiente; b) o Estado brasileiro tem impulsionado um modelo de desenvolvimento que agrava as condições de vida e de saúde da população, reproduzindo situações de injustiça ambiental, sofrimento e mortes; c) há resistências na so-

cidade, muitas pessoas estão engajadas nessas lutas; d) há alternativa concreta a esse modelo de desenvolvimento e precisamos nos envolver cada vez mais com a construção da agroecologia.

O segundo diz respeito ao processo. Exercitamos o esforço dos diálogos e das convergências para dentro da Abrasco, num desafio de construirmos coletivamente aquilo que nossas instituições nos pressionam muitas vezes para agir no sentido oposto. Incorporamos um conjunto de metodologias e aprendizados do Encontro de Diálogos e Convergências na construção do dossiê. As metodologias da pedagogia do território e da articulação necessária entre denúncia-resistência-anúncio de alternativas confirmaram suas importâncias estratégicas. O resultado foi o fortalecimento da Abrasco, enquanto acúmulo coletivo do GTSA, relações interGTs e diálogo com a sociedade.

Por fim, o terceiro aspecto é de que esse trabalho atende aos três passos estratégicos propostos por Porto em 2007, enquanto contribuição do SUS e da saúde coletiva para a superação do modelo de desenvolvimento agrícola do agronegócio. Ainda sobre essas estratégias, continua sendo necessário socializar essa experiência com outros pesquisadores, trabalhadores e estudantes da saúde. O projeto gráfico desenvolvido no livro teve o objetivo de facilitar esse processo de socialização e incorporou aprendizados da articulação com o campo agroecológico como a utilização de painéis de facilitação gráfica. A ideia é que o livro sirva tanto como apoio de estudo de pesquisadores, estudantes, trabalhadores da saúde e da agricultura, como de lideranças comunitárias, pois esses painéis e as outras inserções gráficas podem funcionar como elementos de tradução do conhecimento para uma linguagem mais popular e acessível (Figura 1).



Figura 1 – A crise do paradigma do agronegócio e as lutas pela agroecologia. *Dossiê Abrasco, Parte 4*
Fonte: Síntese Gráfica Camila Rigo.

Como consequência do dossiê, três das instituições envolvidas na sua elaboração (Abrasco, Fiocruz e Inca) foram alvo de ataques de setores e pesquisadores vinculados ao agronegócio. Para ilustrar, citamos a publicação no *site* da revista da editora Globo, *Galileu*, nº 266, edição de setembro de 2013, que contém citações que atentam contra a qualidade científica das pesquisas desenvolvidas nessas instituições. Dado o ataque sofrido, foi necessária uma resposta conjunta das três instituições (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ; INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA, 2013).

Em 2014, a Fiocruz toma outra iniciativa ao publicar uma carta aberta sobre as mudanças na regulação de agrotóxicos (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2014) e, em 2015, o Inca (INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER, 2015) lança um importante posicionamento institucional sobre o tema dos agrotóxicos em sua relação com o câncer e a saúde de modo geral. Certamente esses eventos reforçam como os agrotóxicos são um perigo para a saúde pública e para a vida.

O Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos (FNCIAT), coordenado pelo Ministério Público do

Trabalho e Ministério Público Federal, também tem contado com os aportes de estudos técnicos e científicos apresentados pela Abrasco e membros do GTSA para organizar seus planos de ação.

Por outro lado, as incursões do agronegócio para defender seus lucros se intensificaram nesse período. Além das tentativas de desqualificação de pesquisadores e pesquisas citadas no dossiê, uma série de propostas de desregulamentação sobre o tema dos agrotóxicos passou a ter urgência na pauta do Legislativo e do Executivo, o que faz com que a Abrasco se posicione contra essas investidas.

Nesse período, de 2012 a 2016, a Abrasco participou de fóruns públicos de discussão no Congresso Nacional, em Assembleias Legislativas, no Ministério Público e na Anvisa, para discutir as propostas de fragilização da legislação de agrotóxicos, de desmonte de programas importantes, como o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para), da Anvisa, ou de políticas públicas, como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo).

Outro fato marcante na regulação, acompanhado e denunciado pelo GTSA e outros GTs da Abrasco, foi a divulgação do Relatório do Para dos anos de 2013 a 2015. O relatório, divulgado durante o 7º Simbravisa, provocou uma série de debates por conta do potencial impacto para a saúde dos consumidores por conta do elevado grau de contaminação dos alimentos analisados e da postura não somente acrítica, como também desinformativa da Anvisa perante os resultados.

Recentemente, a Abrasco entrou como *Amicus curiae* na ação de inconstitucionalidade (ADI) movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) sob o nº 5.553 (2017). Nessa ADI, a Abrasco apresenta justificativas importantes sobre o impacto dos agrotóxicos sobre a saúde.

Nesse contexto, membros do GT têm sido alvo de processos de judicialização conduzidos pelo capital, seja industrial, como no caso da TKCSA (ASFOC, 2012), seja do agronegócio, como o caso com a Faec do Ceará (CARNEIRO, 2018), em função de estudos e declarações públicas em defesa da saúde da população.

Já a temática dos transgênicos, tecnologias intimamente vinculadas ao aumento do uso de agrotóxicos, também tem sido motivo de debate nos espaços e eventos da Abrasco, e, nesse sentido, o GTSA também vem propondo reflexões e posicionamentos institucionais.

Um exemplo dessa atuação foi no processo de liberação comercial dos mosquitos transgênicos, debatido amplamente no âmbito desse GT, desencadeando a elaboração e publicação de duas notas técnicas sobre o processo em 2014 e 2015 (ABRASCO, 2014, 2015).

Também os debates promovidos pelo GTSA sobre a problemática das arboviroses não se restringiram à escassez de estudos sobre eficácia e segurança da biotecnologia transgênica aprovada pela CTNBio. Abordamos ainda a obsolescência do programa de prevenção dessas doenças centrada no mosquito. Esse modelo, há décadas, mostra sua ineficácia e riscos para a saúde humana, com destaque para os trabalhadores e trabalhadoras dos setores de controle de endemias, no caso da dengue e atualmente da zika e suas consequências (microcefalia e outras alterações sindrômicas) e da chicungunya. Os governos insistem na aplicação de inseticidas perigosos para o controle vetorial, como o malation (classificado pelo IARC como provável cancerígeno – classe 2A).

O GTSA, juntamente com outros GTs da Abrasco, publicou, então, três notas técnicas se posicionando sobre essas questões. A primeira, em fevereiro de 2015, problematiza o modelo e ressalta a importância de adoção de medidas de controle mais eficazes, duradouras e seguras, como o investimento em ações de saneamento (ABRASCO, 2016a). A convite do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Saúde, o GTSA esteve em uma reunião ordinária para debater o posicionamento da Abrasco na questão do controle vetorial. A nota técnica teve importante repercussão para gestores dos níveis municipais e estaduais que apresentam diferentes contextos ou mesmo experiências de controle de vetores. O setor da indústria química faz manifestações de assédio e tentativas de desqualificação mediadas por pesquisadores de vínculo suspeito com o setor. A Abrasco, de acordo com sua responsabilidade, publicou uma segunda nota problematizando o papel da ciência (ABRASCO, 2016b).

Ainda em 2016, o presidente [ilegítimo] da República, atendendo a interesses do sindicato da aviação agrícola, contrariando todos os pareceres técnicos do próprio Ministério da Saúde, conselhos de saúde e diversas entidades técnico-científicas, sanciona uma lei absurda que permite a pulverização aérea com agrotóxicos em áreas urbanas, em geral densamente habitadas, para o controle vetorial, em mais uma

investida do *lobby* da indústria do agrotóxico. A Abrasco, então, assessorada pelo GTSA, faz outra nota técnica com forte repercussão social (ABRASCO, 2016c).

Em outra frente de atuação do GTSA, o trabalho de consolidação de disciplinas e cursos com essa temática nos programas de pós-graduação em saúde coletiva se soma às críticas ao processo de avaliação da produção científica de docentes, pesquisadores e dos próprios cursos no fórum de coordenadores dos programas *stricto sensu* no país (ABRASCO, 2013). Trata-se de um tema relevante para a valoração desse campo de investigação científica, que busca partilhar a produção do conhecimento científico com outros saberes, mas que ainda encontra resistências no interior da academia.

Esse processo de articulação com redes e fóruns de movimentos sociais possibilitou a partilha da leitura da crise civilizatória que se agudiza pelo distanciamento cada vez maior da humanidade da natureza e dialeticamente de sua própria natureza. Foi possível estabelecer estratégias de enfrentamento da fragmentação do campo democrático e popular no Brasil contemporâneo construindo convergências na sociedade civil organizada. Tratou-se de um processo pedagógico muito interessante no diálogo com os sujeitos que vivenciam a agroecologia e que, além de terem uma concepção complexa das questões biossociais, congruente com a concepção do GTSA, apresentavam um diferencial mais claro de atuação, com trajetória histórica de militância e engajamento político.

Dado o acúmulo coletivo dos últimos anos e dadas as permanentes análises que permitiram compreender o agravamento dos conflitos ambientais e suas repercussões sobre a saúde, o GTSA propõe a realização do II Sibsa, em 2014, em Belo Horizonte, que significou um marco de construção conjunta com representantes de vários movimentos sociais, retomando a discussão na Abrasco sobre o papel da ciência e seus avanços e tendo como sujeitos transformadores os movimentos sociais e suas práxis acumuladoras de conhecimento. Como princípio organizativo que permitisse maiores avanços para a viabilização de uma construção compartilhada, buscou-se paridade quanto aos convidados oriundos da academia e de movimentos sociais para participarem da comissão científica do encontro, bem como às diferentes atividades previstas na programação científica e avaliação do simpósio.

O II Sibsba teve como tema “Desenvolvimento, conflitos territoriais e saúde: ciência e movimentos sociais para a justiça ambiental nas políticas públicas”, que se desdobrou em três eixos:

a) Desenvolvimento socioeconômico e conflitos territoriais: a luta pela saúde e ambiente nos territórios com o avanço do capital sobre a natureza, o adoecimento e morte, em especial para os grupos tradicionais e sociais vulneráveis;

b) A função social da ciência, ecologia de saberes e outras experiências de produção compartilhada de conhecimento: o enfrentamento do modelo hegemônico de ciência, que acaba por contribuir para a visão mercantilista da natureza, no qual a exploração da vida se intensifica e agudiza o sofrimento. Esse enfrentamento passa pela relação da academia com os movimentos sociais, seus saberes e experiências;

c) Direitos, justiça ambiental e políticas públicas: o tema traz ao debate a visão da justiça social e o combate às iniquidades no campo, na floresta e nas cidades, bem como o combate às violências que se abatem nos territórios.

Cada um dos eixos orientou a construção da programação de um dia do simpósio.

No entanto, não havíamos conseguido territorializar o simpósio em terras mineiras; esse era ainda desconhecido de um conjunto de organizações populares e grupos acadêmicos locais. Simultaneamente a isso, a poucos meses da realização do II Sibsba, aconteceu o III ENA em Juazeiro. O grupo do GTSA que esteve presente nesse encontro viabilizou uma reunião com um grupo de pessoas que participam da Articulação Mineira de Agroecologia (AMA) e colocou o convite para a constituição de uma comissão local organizadora do simpósio.

Partindo-se de aprendizados valiosos, que foram vivenciados no III ENA, como o fortalecimento da pedagogia do território com a apresentação dos acúmulos das caravanas agroecológicas; a valorização da cultura popular de diferentes formas, permitindo que de fato fosse possível um ambiente pedagógico que viabilizasse o diálogo de saberes; o cuidado com a construção coletiva como quem sabe que o processo é tão importante quanto o produto; as inovações como instalações pedagógicas e sistematizações gráficas; e o envolvimento de algumas lideranças de Belo Horizonte, estabelecemos um processo de trabalho que envolveu crescentemente dezenas de entidades.

As contribuições desse processo podem ser sistematizadas em três aspectos: 1) de pensar caminhos metodológicos para que de fato as vozes dos movimentos populares, de quem sofre diretamente os impactos dos conflitos ambientais, fossem colocadas na centralidade das reflexões, onde é formulada a proposta de Fórum de Diálogo de Saberes, detalhado mais abaixo; 2) da viabilização de estratégias que permitissem que o simpósio fosse ambiente acolhedor e provocasse as reflexões desejadas também a partir de outras formas para além dos debates agendados. Daí foram organizadas: exposições fotográficas sobre casos de conflitos ambientais e sobre a vida no campo, na floresta e nas cidades; feira agroecológica e de economia solidária, através do Fórum Mineiro de Economia Solidária e da AMA; e toda uma programação cultural planejada para promover a integração entre os participantes de forma coerente com o tema do simpósio, valorizando experiências de resistência de Minas Gerais; 3) da viabilização financeira da participação de movimentos populares. Pela primeira vez a Abrasco se vê diante da necessidade de garantir as condições concretas para tal: deslocamento, alojamento, alimentação e preço diferenciado/isenção da taxa de inscrição.

O Fórum de Diálogos de Saberes foi o caminho formulado para se iniciar o encontro, orientando metodologicamente os trabalhos sobre o primeiro eixo do simpósio. Definiu-se como método partir de um olhar mais amplo sobre os conflitos ambientais no Brasil e na sequência poder debater a partir de falas de quem vivencia os conflitos em seu cotidiano, sempre buscando revelar os impactos dos conflitos, as estratégias de resistência e o que anunciam os povos como alternativa ao modelo hegemônico.

Em plenária, ouvimos pesquisadores e coordenadores dos Mapas de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil e de conflitos ambientais no estado de Minas Gerais para logo na sequência refletir sobre as falas de representantes do MST e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Também foram realizadas rodas de conversa provocadas por falas de três pessoas a partir de suas experiências de vida, em oito grupos simultâneos, organizados em temas distintos: 1) **Mineração e Saúde** (conflitos relacionados com mineração, minerodutos e portos de exportação); 2) **Minas, Energia e Saúde** (conflitos relacionados com petróleo, termoelétrica e energia nuclear); 3) **Questão Ener-**

gética e Saúde (conflitos relacionados com hidroelétricas e eólicas); 4) **Agronegócio e Saúde** (sobre os diferentes impactos do agronegócio); 5) **Agroecologia e Saúde** (abrange as concepções de relação humanidade-natureza presentes em experiências agroecológicas, estratégias de resistência e conexões com a saúde); 6) **Transgênicos, Biodiversidade e Saúde** (que envolveu plantas transgênicas e introdução de vetores transgênicos na saúde pública); 7) **Questão Urbana e Saúde** (com foco em saneamento, mobilidade, nas periferias e favelas, na luta pelo direito à cidade); 8) **Questão Urbana e Saúde** (relacionados com grandes empreendimentos)²².

A programação do fórum descrita acima foi precedida, enquanto análise conceitual e empírica, por uma conferência de Jean Pierre Leroy – membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental –, assim como por uma apresentação artística de sensibilização sobre o tema do eixo organizada pelos movimentos sociais. Dos quase 600 participantes do simpósio, tivemos dois terços formados por pesquisadores, trabalhadores e estudantes da Saúde e um terço de representantes de dezenas de movimentos sociais.

Outro destaque foi a programação cultural, que não foi um apêndice, mas um elemento de fortalecimento dos debates, o que gerou aprendizados para a própria Abrasco, como o estabelecimento de cotas de desconto no seus eventos para movimentos sociais.

Os métodos que buscamos colocar em prática, o diálogo de saberes – convite à construção coletiva e trabalho cooperado, vozes dos territórios, InterMapas, mediados também por cuidados com a sensibilização estética, pela arte e a promoção do encontro (Foto 2) –, viabilizam que novas questões sejam colocadas como temas de atuação para a saúde coletiva, e novos conceitos e perspectivas de produção do conhecimento são apresentados ou somos desafiados a formular.

22 Para mais informações ver: <http://www.sibsa.com.br>.



Foto 2 – Plenária de encerramento do II Sibsa, símbolo dos compromissos assumidos

Fonte: Abrasco.

A avaliação do simpósio apontou para a necessidade de não aguardarmos para a realização de um III Sibsa para voltarmos ao trabalho sobre saúde coletiva e movimentos sociais, mas, sim, deveríamos avançar para um trabalho cooperado de forma permanente, de colocar o “Sibsa em Movimento”, contribuindo inclusive para a construção do próximo simpósio. Nesse sentido, alguns territórios emblemáticos foram sugeridos para a realização de caravanas, jornadas, seminários ou encontros territoriais regionais que permitam o aprofundamento e amadurecimento de questões a serem enfrentadas.

Essa agenda resultou em um novo plano de trabalho do GTSA a partir: a) do acúmulo e da articulação de registros, pesquisas, demandas, de forma a contribuir com conhecimentos úteis ao fortalecimento das lutas e das alternativas em construção; b) do diálogo sobre formação e educação popular, valorizando experiências como a extensão e a pedagogia do campo; c) da reflexão sobre a adoção de um código de ética de pesquisa para orientar a relação entre comunidades e movimentos sociais com a academia; e d) da publicização dos debates acadêmicos e políticos e sua incidência na construção de futuros dossiês e livros a serem elaborados.

Entre diversos temas prioritários sugeridos para atuação conjunta no fortalecimento de diálogos e convergências, o da água produziu maior consenso, por suas diversas conexões no plano territorial, regional e mesmo internacional com um conjunto de questões de grande relevância: bens comuns, crise hídrica, convivência com o semiárido, saneamento básico rural e urbano, contaminação hídrica pelos agrotóxicos e outros poluentes advindos de cadeias produtivas como a mineração, o agronegócio e o petróleo, entre outros.

O rompimento da Barragem do Fundão em novembro de 2015, em Mariana/MG, foi considerado a maior catástrofe socioambiental do Brasil, e talvez a maior da mineração de ferro no mundo. Envolveu a empresa Samarco, que pertence por sua vez às maiores empresas de mineração de ferro do mundo: Vale e BHP Billiton. Essa tragédia-crime, que matou 20 pessoas e desalojou centenas de suas casas destruídas pela lama de rejeitos, ainda, prejudicou, contaminou e destruiu a vida da bacia do rio Doce, uma das mais importantes da região Sudeste e do país, afetando milhões de pessoas que vivem e dependem dessa água e dessas terras.

Como resposta a essa situação, o GTSA, em diálogo com organizações do campo agroecológico, propôs a organização de uma caravana à bacia do Rio Doce. A realização de caravanas em parceria com outros grupos e movimentos, que objetivou analisar situações críticas envolvendo conflitos ambientais com repercussões na saúde e condições de vida, no contexto de bacias hidrográficas, foi uma outra dinâmica da triangulação ciência-política-ação desenvolvida pelo GTSA enquanto “Sibs em Movimento”, aproveitando-se mais uma vez dos acúmulos do movimento agroecológico no Brasil.

Essas são viagens de aprendizados, intercâmbios e criação de laços de solidariedade e luta política que exercitam um olhar conjunto e popular a respeito do território. Também buscam dar visibilidade às denúncias e aos anúncios, aos conflitos sociais e ambientais, às experiências de resistência e de autonomia, de valorização da cultura regional e popular, de organização que marcam os locais por onde as rotas passam e ao final se encontram num local de culminância (CARAVANA TERRITORIAL DA BACIA DO RIO DOCE, 2016).

A Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce, realizada em abril de 2016, foi organizada em quatro rotas simultâneas, cobrindo desde

o município de Mariana, no estado de Minas Gerais, onde ocorreu o rompimento da barragem, até a foz do rio Doce no Oceano Atlântico, no estado do Espírito Santo (Foto 3). Após três dias de vivências, todas as rotas se encontraram na cidade de Governador Valadares, no estado de Minas Gerais, para trocar experiências, protestar e fortalecer articulações em defesa do rio Doce. Dezenas de organizações nacionais, regionais e locais, populares e acadêmicas, participaram do evento e foram envolvidos cerca de 150 caravaneiros e mais de mil pessoas nas inúmeras atividades realizadas (CARAVANA TERRITORIAL DA BACIA DO RIO DOCE, 2016).



Foto 3 – Microfone aberto em Regência Augusta, no ato organizado pela rota que percorreu a foz do rio Doce a Valadares

Fonte: Foto de Rafael Segatto.

A outra caravana realizada foi a Caravana Territorial do Semiárido Baiano: no Caminho das Águas do São Francisco, que também envolveu dezenas de organizações em um processo de construção que durou 10 meses até sua realização em junho de 2017. A programação foi feita em duas rotas simultâneas, abordando conflitos envolvendo mineração, água, uso da terra, uso e impactos dos agrotóxicos, além de um olhar para o saneamento e as experiências agroecológicas na região (SIQUEIRA,

2017). Uma das rotas percorreu parte da bacia hidrográfica do rio Salitre, que já foi um importante afluente do rio São Francisco (Foto 4). A outra percorreu municípios do entorno da Barragem de Sobradinho. Nesses percursos, foram identificados muitos impactos perversos causadores de intenso sofrimento para a população decorrentes da agricultura irrigada e da mineração, além de muita resistência em dezenas de comunidades, quilombolas e fundo de pasto, que defendem seus territórios na região, mas não contam com apoio do Estado brasileiro.



Foto 4 – Atividade na praça central da comunidade Brejão da Caatinga, Campo Formoso/BA, na rota que percorreu a bacia do Salitre
Fonte: Foto de Arthur Diniz.

As caravanas possibilitam reflexões e interrogações para uma ciência crítica e comprometida com as lutas populares. Muitas interrogações nasceram daí, tais como: que desenvolvimento é esse que mata e destrói? Quem é quem neste modelo? Que alternativas temos para construir uma sociedade mais soberana, justa, que respeite a natureza, a cultura e o trabalho de homens e mulheres? Qual o papel da ciência nesse contexto e o da saúde coletiva, em especial? Essas interrogações constituem formas de construir coletivamente saberes e fazeres, essenciais para a perspectiva dessa ciência que nos encanta enquanto dirigida para a vida.

Outra frente de atuação foi protagonizar com algumas organizações uma série de encontros compreendidos como o processo de Diálogos e Convergências das Águas, que parte da necessidade de articular um conjunto de lutas em torno do tema. Citamos como exemplo a Assembleia Popular da Água, que tem articulado um conjunto de organizações pra resistir à privatização dos serviços de saneamento no Rio de Janeiro, mas que contempla uma visão muito mais ampla sobre as lutas em torno das águas.

A realização no Brasil, em março de 2018, do Fórum Mundial das Águas, também chamado de Fórum das Corporações por ser organizado por multinacionais que têm atuado para a privatização das águas no mundo, e, por consequência, da organização de um Fórum Alternativo Mundial das Águas (Fama), enquanto espaço de denúncia dos interesses do Fórum Oficial, de articulação entre os movimentos, redes e fóruns em defesa das águas, propiciou que o tema das águas entrasse na pauta de muitas organizações ao longo de 2017.

Nos encontros de Diálogos e Convergências das Águas, o GTSA tem amadurecido com um conjunto de redes e movimentos a proposta de um Dossiê das Águas, no intuito de que o processo fortaleça as relações entre diferentes setores da academia e movimentos sociais, que contribua com a troca de compreensões sobre as águas e que visibilize as denúncias, as resistências e as alternativas que muitas comunidades e povos constroem de proteção e até de produção de águas. E, ainda, que unifique a ação na diversidade, possibilitando avançar na saúde coletiva uma agenda sobre as águas.

APRENDIZADOS E DESAFIOS: É PRECISO CORAGEM PARA ATUAR EM PROCESSOS DE MUDANÇA

Enquanto grupo temático de uma associação científica, o GTSA tem características distintas de um grupo acadêmico de uma universidade. O GT é formado atualmente por 16 sanitaristas e pesquisadores da área da saúde coletiva, com especialidades distintas (Epidemiologia, Saúde do Trabalhador, Toxicologia, Ecologia Política, Clínica Médica, Saneamento), que estão inseridos em 6 universidades brasileiras e instituições que fazem parte do Sistema Único de Saúde. Portanto, são

características de composição do GT a diversidade de formação, diversidade de instituições onde estão inseridos seus membros e a diversidade de contribuições em relação à trajetória descrita neste texto. Outros sanitaristas fizeram parte do GT no passado e também colaboraram com as histórias descritas aqui.

Além da composição, os objetivos também são distintos da maioria dos grupos de pesquisa de uma universidade. O GTSA tem por propósito contribuir para o avanço do campo de saúde e ambiente na saúde coletiva brasileira, o que traz a necessidade de um conjunto de ações simultâneas que, pelas dificuldades inerentes de um grupo que não possui encontros presenciais cotidianos, consegue viabilizar menos do que deseja, avançar mais lento do que sonha. Mesmo assim, o exercício da escrita deste texto nos possibilitou perceber que a trajetória é rica e que reconhecer aprendizados e desafios contribui para enfrentar o caminho a ser percorrido.

Este texto foi escrito no momento histórico em que se aprofunda uma das maiores crises da história da sociedade brasileira em um contexto internacional também de avanço de forças conservadoras. Os aspectos de crise ambiental, econômica, ética, política e social compõem a crise civilizatória que devemos enfrentar com maior vigor daqui para frente. O ajuste fiscal seletivo que sucateia as instituições científicas e agudiza a fragilização estrutural de políticas sociais no Brasil certamente resultará – e já está demonstrando suas consequências – em aumento da fome, da pobreza, das desigualdades sociais, da violência, que resultam em iniquidades em saúde. O golpismo que levou à ditadura empresarial-militar, que teve início em 1964, volta a corroer as estruturas democráticas da sociedade brasileira: resistiremos! Como nos anos de fundação da Abrasco, lutaremos contra o autoritarismo e por um país democrático, contribuindo com nossa parcela de articulação entre sanitaristas no diálogo permanente com as lutas populares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. In: **Acselrad-cartografia social e dinâmicas territoriais**: Henri marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

ALCOFORADO, F. **Globalização**. São Paulo: Nobel, 1997

ASFOC. Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz. Vitória na luta pelo direito à informação em saúde ambiental. **Boletim Informativo para o Fórum Social Mundial Temático**. Porto Alegre: [s.n.], 2012.

_____.; CANCIO, J; CAMARA V. Saúde e Ambiente: uma reflexão da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 6, n. 2, p. 87-94, 2003.

_____. *et al.* Subsídios ao Plano Diretor de Saúde e Ambiente no Âmbito do Sistema Único de Saúde. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 13, n. 1, p. 295- 15, 2005.

_____. *et al.* Desafios para a construção da ‘Saúde e Ambiente’ na perspectiva do seu Grupo Temático da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, p. 4081-89, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano nacional de saúde e ambiente no desenvolvimento sustentável**. Conferência Pan-Americana sobre saúde e ambiente no desenvolvimento humano sustentável (Washington, 1995:). 1995. 104 p. Disponível em: < <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/Planonac.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

_____. In: **Oficina de Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva no Campo da Saúde e Ambiente. Relatório Final**. 3, Fortaleza-CE, 2013. Disponível em: <<http://www.abrasco.org.br/ckfinder/userfiles/files/RELATORIO%20III%20OFICINA%20PG%20SC%20-%20SA%202013%20vf.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. **Nota Técnica da Abrasco frente à liberação comercial de mosquitos transgênicos pela CTNBio**. 2014. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/nota-tecnica-da-abrasco-frente-a-liberacao-comercial-de-mosquitos-transgenicos-pela-ctnbio/6638/>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. **Rati-retificação da Nota Técnica da Abrasco frente à liberação comercial de mosquitos transgênicos pela CTNBio, após interposição administrativa da empresa Oxitec**. 2015. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/rati-retificacao-da-nota-tecnica-da-abrasco-frente-a-liberacao-comercial-de-mosqui>>

tos-transgenicos-pela-ctnbio-apos-interpelacao-administrativa-da-oxitec/9149/> Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. **Nota técnica sobre microcefalia e doenças vetoriais relacionadas ao Aedes aegypti:** os perigos das abordagens com larvicidas e nebulizações químicas – fumacê. 2016a. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/nota-tecnica-sobre-microcefalia-e-doencas-vetoriais-relacionadas-ao-aedes-aegypti-os-perigos-das-abordagens-com-larvicidas-e-nebulizacoes-quimicas-fumace/15929/>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. **Nota Inter GTs: Estudos científicos e conflitos de interesse: por uma ciência a favor da vida.** 2016b. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/nota-estudos-cientificos-e-conflitos-de-interesse-por-uma-ciencia-a-favor-da-vida/16699/>>. Acesso em: 16 jan. 2018

_____. **Nota contra pulverização aérea de inseticidas para controle de vetores.** 2016c. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/nota-contrapulverizacao-aerea-de-inseticidas-para-controle-de-vetores-de-doencas/17430/>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Resumo executivo da Conferência Nacional de Saúde Ambiental:** saúde e ambiente, vamos cuidar da gente. Distrito Federal, 2010.

_____. Portaria n. 2.914, de 12 de dezembro de 2011. **Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.** Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html>. Acesso: 16 jan. 2018

_____. ABRASCO; Para garantir o Direito à Saúde no PAC. In: Seminário Sobre Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador e suas interfaces com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Brasília. 2007. Disponível em: <<http://www.abrasco.org.br/site/gtsaudeambiente/wp-content/uploads/sites/9/2014/04/Para-garantir-o-direito-a-saude-no-PAC.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

BREILH, J. Uma Perspectiva Emancipadora da Pesquisa e da Ação Baseadas na Determinação Social da Saúde. 2008. Extraído de: <<http://www.alames.org/documentos/ponencias.pdf>>, página do “Taller Latinoamericano de Determinantes Sociales de la Salud”, de 30 de setembro a 2 de outubro de 2008, na Universidade Autônoma do México, Cidade do México. Disponível em: <http://www.enfermagem.ufpr.br/paginas/areas/TEXTO_DO_BREILH_em_portugues.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

CARAVANA TERRITORIAL DA BACIA DO RIO DOCE. **Carta Política**. Governador Valadares 2016. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/movimentos-sociais/carta-politica-da-caravana-territorial-da-bacia-do-rio-doce/17344/> Acesso em: 18 jan. 2018.

CÂMARA, V; TAMBELLINI, A.T. Considerações sobre o uso da epidemiologia nos estudos em saúde ambiental. **Rev. Bras. Epidemiol.** v 6, n. 2, p. 95-104, 2003. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Consideracoes_sobre_o_uso_da_epidemiologia_nos_estudos_em_sa.pdf>. Acesso em: 16 maio 2016.

CARNEIRO, F. F. *et al.* Meeting Report: Development of Environmental Health Indicators in Brazil and Others Countries in the America. **Environmental Health Perspectives**, v. 114, p. 1407-08, 2006.

_____. *et al.* **Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde 1a Parte**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012. pp. 98. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/dossie-abrasco-um-alerta-sobre-os-impactos-dos-agrotoxicos-na-saude/9898/>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. **Dossiê contra a censura e intimidação de pesquisador da Fiocruz Ceará**. 2018. Disponível em: <<https://medium.com/@fernandocarneirofiocruz/dossi%C3%AA-contra-a-censura-e-intimida%C3%A7%C3%A3o-de-pesquisador-da-fiocruz-cear%C3%A1-a28bbda6bf83>> Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. (Org.). **Dossiê ABRASCO uma alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPJV Fiocruz; São Paulo/SP: Expressão Popular, 2015. 624p.

CARTA POLÍTICA DO ENCONTRO NACIONAL DE DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS. Salvador: 2011. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/carta-politica-do-encontro-nacional-de-dialogos-e-convergencias.pdf>> Acesso em: 19. fev. 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2016**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2016.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Notícias. ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOLOGIA DE SABERES. 2013. Disponível em: <<http://renastonline.ensp.fiocruz.br/noticias/encontro-internacional-ecologia-saberes>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. Em nota conjunta, Fiocruz, Inca e Abrasco alertam para o risco do uso de agrotóxicos. **Portal Fiocruz**, 2013. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/em-nota-conjunta-fiocruz-inca-e-abrasco-alertam-para-o-risco-do-uso-de-agrot%C3%B3xicos>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. **Notícias. Carta aberta da Fiocruz frente às atuais mudanças na regulação de agrotóxicos e perdas para saúde pública**. 2014. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/carta-aberta-da-fiocruz-frente-%C3%A0s-atuais-mudan%C3%A7as-na-regula%C3%A7%C3%A3o-de-agrot%C3%B3xicos-e-perdas-para-sa%C3%BAde>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

FUNTOWICZ, S; RAVETZ, J. **Epistemologia política: ciencia con la gente**. Centro Buenos Aires: Edit. Am. Latina, 1993.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Posicionamento do instituto nacional de câncer José Alencar gomes da silva acerca dos agrotóxicos. 2015. Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2015/inca_lanca_documento_e_promove_debate_sobre_maleficios_dos_agrotoxicos. Acesso em: 18 jan. 2018.

LIEBER, R. R. **Teoria e metateoria na investigação da causalidade: o caso do acidente de trabalho Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca->

-digital/acervodigital/detalhe/2012/5/teoria-e-metateoria-na-investigacao-da-causalidade-o-caso-do-acidente-de-trabalho>. Acesso em: 16 jan. 2018.

MIRANDA, A. C. **Reflexões acerca da situação e dos problemas referentes à crise socioambiental e seus reflexos à saúde humana**: uma contribuição a partir do materialismo histórico e dialético. Tese (Doutorado). Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2012.

_____, *et al.* Cadernos de Textos de Saúde Ambiental. **Primeira Conferência Nacional de Saúde Ambiental**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.saude.mt.gov.br/arquivo/1239>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (Org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Ed. GALVÃO, L. A. C; FINKELMAN, J; HENAO, S. **Los determinantes Ambientales y Sociales de la Salud**. Washington DC. 2010a. Disponível em: <http://www.paho.org/blogs/paltex/wp-content/uploads/2010/11/Finkelman_Cap00_semifinal_27.09.10_bis.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. **I Simpósio de Saúde Ambiental. Belém – Pará**. 2010b. Disponível em: <http://www.paho.org/bra.../index.php?option=com_content&view=article&id=1346:i-simposio-brasileiro-de-saude-ambiental&Itemid=839>. Acesso em: 16 jan. 2018.

POCHMANN, M. **Brasil sem industrialização**: a herança renunciada. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

PORTO, M. F. S. Saúde, ambiente e desenvolvimento: reflexões sobre a experiência da COPASAD – Conferência Pan-Americana de Saúde e Ambiente no Contexto do Desenvolvimento Sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.3, n. 2, p. 33-46, 1998.

_____. ROCHA, D. F; FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, p. 4071-4080, 2014.

RCSC. Red Colombina de Salud Colectiva. Actividades. **Nodo Agrotóxicos**. 2016. Disponível em: <<https://redcolsaludcolectiva.wordpress.com/?s=Agrot%C3%B3xicos>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

RAVI, A. *et al.* Invisibility Cloak: Science Fiction Transforming into Reality. **International Journal of Computer Applications**, (0975 – 8887). v. 82, n. 13, 2013.

RIGOTTO, R. M., AUGUSTO, L. G. S. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social. **Cad. Saúde Pública**, v. 23, sup.4, p. S475-S485. 2007. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007001600002>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estud. CEBRAP**. v. 79, p. 71-94, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004>. Acesso em: 16 jan. 2018.

STEDILE, J. P. História da Questão Agrária no Brasil. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo, 2005. Editora Expressão Popular.

SIQUEIRA, R. Caravana Agroecológica do Semiárido Baiano: um relato do contexto histórico e contemporâneo dos caminhos das águas do Rio São Francisco, **EXTRAMUROS - Revista de Extensão da Univasf.**, v.5, n. 2, p. 5-21, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/1051>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

TAMBELLINI, A. T; CAMARA, M. V. A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. **Ciênc. Saúde Coletiva**. v. 3, n. 2, p. 47-59, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v3n2/7150.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. *et al.* Abrasco e os Anos de Chumbo: a Comissão da Verdade no campo da saúde. In: LIMA, N. T; SANTANA, J. P; PAIVA, C. H. A (Org). **Saúde coletiva: Abrasco em 35 anos de história**. Rio Janeiro: Ed. Fiocruz, 2015.